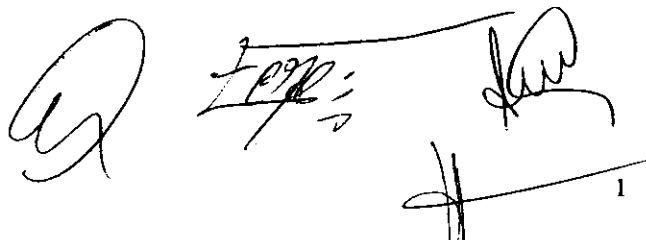


CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PACUJÁ E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

Aos dezessete (17) dias do mês de julho do ano de dois mil e três (2.003), o **MUNICÍPIO DE PACUJÁ**, entidade de direito público interno, sediado à Rua 22 de setembro, nº 325, Pacujá-Ce, inscrito no CNPJ sob o nº 07.734.148/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES**, inscrito no CNPF sob o nº 626.153.357-15 e a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE**, Sociedade de Economia Mista Estadual, sediada à Av. Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, Fortaleza–CE, registrada na Junta Comercial do Estado sob o nº SAC 285/71-JC e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 07.040.108/0001-57, representada, neste ato, por seus Diretores Presidente **NEWTON RODRIGUES SOUSA**, inscrito no CPF sob o nº 028.095.753-04 e portador da Cédula de Identidade RG 94002487100 SSP-CE domiciliado e residente nesta Capital, e Administrativo Financeiro, **ANNIA MELO SABOYA CRUZ**, inscrita no CPF sob o nº 302.488.253-72 e portadora da Cédula de Identidade RG 1030448 SSP-CE resolvem firmar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**, conforme as cláusulas e condições a seguir indicadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

Funda-se o presente instrumento na Lei Estadual Nº 9.499, de 20 de julho de 1.971 que criou a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, especificamente para prestar os serviços públicos de água e esgoto no Estado do Ceará, na Lei Municipal Nº 327/03 de 16 de junho de 2.003 que autoriza a concessão, com exclusividade à Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, a realizar a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água no Município de PACUJÁ, no Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e Esgoto Sanitário do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto Estadual nº 12.844, de 31 de julho de 1.978.



1

CLAÚSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

Por este CONTRATO, o MUNICÍPIO outorga, com exclusividade a CAGECE, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, para fins de exploração, ampliação e implantação dos mesmos.

Subcláusula Primeira – A exclusividade de que trata esta Cláusula não se aplica, no tocante a exploração dos serviços referidos, em aglomerados urbanos com até 1.500 (mil e quinhentos) habitantes.

Subcláusula Segunda – Vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da assinatura deste termo, a exclusividade dos serviços em aglomerados urbanos com população superior a 1.500 (mil e quinhentos) habitantes. Na hipótese da CAGECE não atender aos habitantes desses aglomerados no prazo acima estipulado, extinguir-se-á, de pleno direito, a exclusividade em comento, ressalvando-se a possibilidade de incluí-los no próximo “**Plano de Exploração dos Serviços**” de que trata a Cláusula Terceira deste Contrato.

Subcláusula Terceira - Os serviços outorgados por este contrato compreendem:

- a) produção de água potável, envolvendo unidades de captação, estações de bombeamento, adutoras e instalações de tratamento e potabilização de água;
- b) distribuição de água potável, envolvendo reservatórios, sub-adutoras, estações de bombeamento, redes de distribuição e ramais domiciliares;

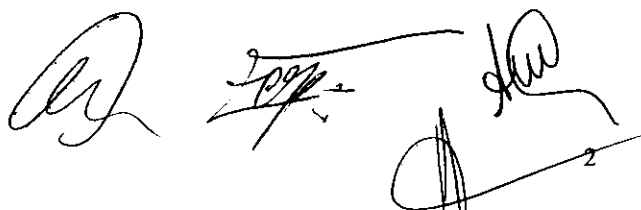
Subcláusula Quarta - A outorga disciplinada neste CONTRATO substitui e extingue quaisquer outras conferidas anteriormente.

CLAÚSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Na prestação dos serviços outorgados, a CAGECE terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, observadas as prescrições deste CONTRATO e das normas legais e regulamentares pertinentes.

Subcláusula Primeira – A CAGECE elaborará Plano de Exploração dos Serviços outorgados, contendo os investimentos a serem realizados nos primeiros 05 (cinco) anos de prestação dos serviços outorgados, devendo apresentá-lo ao MUNICÍPIO no prazo de 06 (seis) meses contados da data da assinatura deste instrumento para fins de homologação.

Subcláusula Segunda – Para os 05 (cinco) anos seguintes elaborará a CAGECE novo Plano de Exploração dos Serviços o qual deverá ser apresentado ao MUNICÍPIO no prazo de 06 meses anteriores ao vencimento do Plano



anterior para homologação, e assim, sucessivamente até o termo final deste Contrato.

Subcláusula Terceira - A CAGECE obriga-se a oferecer prestação adequada dos serviços outorgados, garantindo níveis satisfatórios de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.

Subcláusula Quarta – Não se caracteriza como descontinuidade do serviço, a sua interrupção em situação de emergência ou prévio aviso, quando:

- a) motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- b) irregularidade praticada pelo usuário, inadequação de suas instalações ou inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Subcláusula Quinta - Nas hipóteses previstas na alínea **b** da subcláusula anterior, a CAGECE somente poderá suspender a prestação do serviço se o usuário, previamente notificado, não efetuar, nos prazos por ela estabelecidos, os pagamentos devidos, ou não cessar a prática que configure utilização irregular dos serviços, ou ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos de segurança exigidos pelas normas técnicas e de segurança aplicáveis.

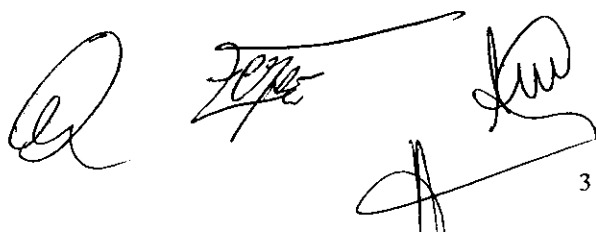
Sub-cláusula Sexta - A CAGECE poderá deflagrar Planos de racionamento d'água, inclusive estabelecer quotas de consumos e outras penalidades, observada legislação de regência, quando ocorrer escassêz de precipitações pluviométricas, tendo como consequência a baixa disponibilidade dos mananciais.

Subcláusula Sétima – No caso de suspensão da prestação dos serviços por falta de pagamento, o prazo a que se refere a Subcláusula Quinta será de, no mínimo, 07 (sete) dias corridos após o recebimento da respectiva notificação pelo usuário.

Subcláusula Oitava - Nos casos de interrupção dos serviços previstos na Subcláusula Quarta da Cláusula Terceira, os serviços serão reiniciados com a maior brevidade possível, tão logo cessem os motivos que deram causa à interrupção.

Subcláusula Nona - A CAGECE atenderá os pedidos dos interessados na utilização dos serviços outorgados nos prazos e condições fixados nas normas legais e regulamentares pertinentes, sendo-lhe vedado condicionar a ligação ou religação de unidade usuária ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

Subcláusula Décima - Os contratos de fornecimento dos serviços outorgados celebrados entre a CAGECE e os usuários, deverão indicar, além das condições gerais da prestação dos serviços:



3

- a) a identificação do interessado;
- b) a localização da unidade usuária;
- c) classificação da unidade usuária;
- d) a indicação dos critérios de faturamento e da tarifa aplicada;
- f) as condições especiais do fornecimento, se forem o caso, e prazo de sua aplicação; e,
- g) as penalidades aplicáveis, conforme a legislação em vigor.

Subcláusula Décima Primeira - A CAGECE deverá manter registros das solicitações e reclamações dos usuários, de acordo com os prazos legais e regulamentares pertinentes, deles devendo constar, obrigatoriamente:

- a) data da solicitação ou reclamação;
- b) o objeto da solicitação ou o motivo da reclamação; e
- c) as providências adotadas, indicando as datas para o atendimento e sua comunicação ao interessado.

Subcláusula Décima Segunda - A CAGECE poderá promover a ampliação ou implantação dos serviços concedidos, observada a existência de viabilidade técnica e financeira, especialmente considerados quanto à última, a existência de recursos próprios da CAGECE ou do MUNICÍPIO, ou a obtenção de outros recursos de entidades financeiras.

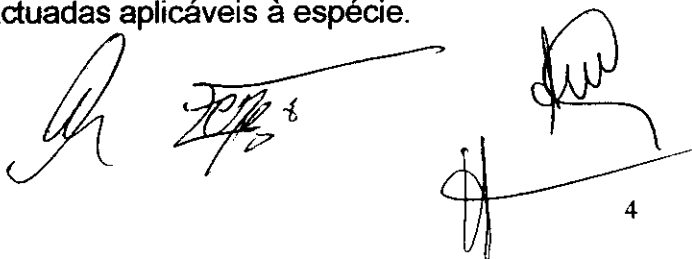
Subcláusula Décima Terceira - A CAGECE responsabilizar-se-á pelos danos oriundos da prestação dos serviços outorgados, ressalvados os casos de força maior, garantido o direito de ação regressiva contra terceiros.

Subcláusula Décima Quarta - A CAGECE concederá e promoverá ligações aos serviços concedidos às expensas dos usuários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Subcláusula Décima Quinta – É parte integrante deste CONTRATO a relação dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados, informando o ente público que detém a propriedade dos mesmos, nos termos do Anexo Único.

CLÁUSULA QUARTA – DA POLÍTICA TARIFÁRIA

A remuneração dos serviços outorgados incluindo os investimentos, realizar-se-á através do pagamento de tarifas pelos usuários à CAGECE, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas aplicáveis à espécie.



4

Subcláusula Primeira - Além das tarifas mencionadas, a CAGECE promoverá aditivamente, a arrecadação de quaisquer tributos que venham a incidir sobre os serviços outorgados.

Subcláusula Segunda - É vedado à CAGECE conceder isenção de tarifas de seus serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAGECE

Além de outras obrigações decorrentes deste CONTRATO e de normas legais e regulamentares pertinentes, constituem encargos da CAGECE inerentes à prestação dos serviços públicos outorgados:

a) Prestar os serviços outorgados, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas fixadas, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipuladas na legislação e nas normas específicas;

b) Manter e/ou melhorar o nível de qualidade da prestação dos serviços outorgados, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço, nos termos da legislação específica;

c) Dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda;

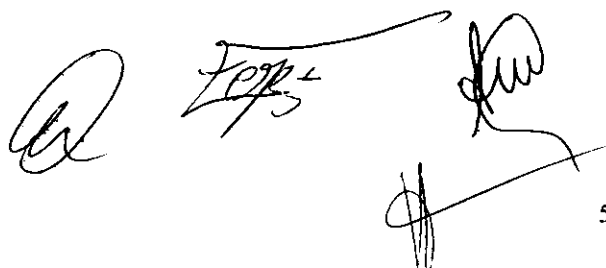
d) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços outorgados, proceder a reposição de bens, operando as instalações e equipamentos correspondentes, de modo a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;

e) Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados e zelar pela sua integridade, sendo-lhe vedado alienar, ceder a qualquer título ou dá-los em garantia;

f) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, e as cláusulas deste ajuste, respondendo, perante o MUNICÍPIO, usuários e terceiros, pelos eventuais danos causados em decorrência da exploração dos serviços;

g) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes da exploração dos serviços ora outorgados;

h) Permitir aos encarregados da fiscalização dos serviços, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

The image shows four handwritten signatures or initials in black ink. The first is a large, stylized 'A'. The second is 'FEP' with a horizontal line extending to the right. The third is a signature that appears to be 'JUN'. The fourth is a signature that appears to be 'H' with a horizontal line extending to the right. The number '5' is written at the bottom right of the page.

i) Prestar contas aos usuários, anualmente, da gestão dos serviços concedidos, na forma que for regulamentado, fornecendo informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;

j) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

k) Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços, observadas as limitações legais.

l) Implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de água tratada, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de água, que terá como objetivo a redução das perdas físicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da água de forma racional e eficiente por parte dos usuários.

m) Manter contabilização específica, das redes de água, equipamentos e edificações relativas aos serviços outorgados por este CONTRATO, implantadas com seus recursos e sua respectiva depreciação.

Subcláusula Primeira - Quando for necessária a realização de obras no seu sistema, a CAGECE informará, por escrito, ao interessado, as condições para a execução dessas obras e o prazo de sua conclusão, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

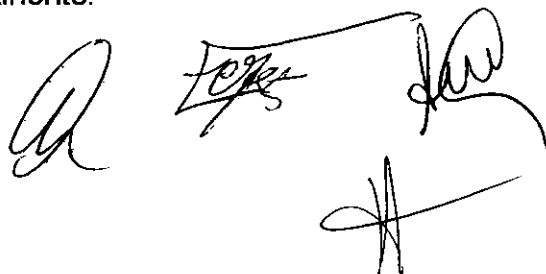
CLÁUSULA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DA CAGECE

A CAGECE gozará, na prestação dos serviços públicos que lhe são concedidos, das seguintes prerrogativas:

a) Utilizar, durante o prazo de vigência do presente CONTRATO e sem ônus, os terrenos de domínio público e instituir as servidões que se tornarem necessárias à exploração dos serviços outorgados;

b) Ser atendida pelo MUNICÍPIO no que se refere às solicitações de desapropriação e instituição de servidões administrativas sobre bens declarados de utilidade públicos e necessários à execução de serviço ou de obra vinculados aos serviços concedidos, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes; e,

c) Construir estradas de serviços e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo na exploração dos serviços concedidos, respeitada a legislação pertinente.



CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Sem prejuízo de outros constantes em lei ou neste Contrato, são obrigações do MUNICÍPIO:

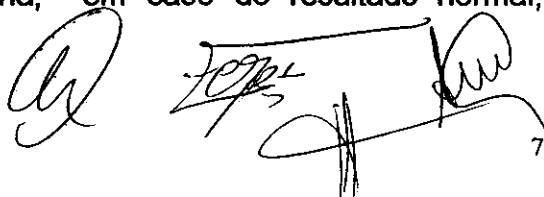
- a) indenizar quaisquer danos às redes dos serviços outorgados quando da execução de projetos de obras no subsolo das vias públicas, para o que deverá a CAGECE fornecer o respectivo cadastro;
- b) constituir servidões definidas pela CAGECE como necessárias à prestação dos serviços outorgados, transferindo-lhe os respectivos títulos, pelo prazo de vigência do presente CONTRATO;
- c) promover a desapropriação de bens indispensáveis à execução dos serviços concedidos sempre que solicitados pela CAGECE.
- d) cumprir e fazer cumprir as Cláusulas deste Contrato e demais normas aplicáveis à espécie;
- e) adotar os procedimentos de desapropriação de todos os imóveis necessários a ampliação, melhoria ou implantação do sistema, mediante a indenização respectiva.

Subcláusula Primeira - O MUNICÍPIO poderá concorrer para o custo dos investimentos, sendo que tal participação poderá ser efetivada através de fornecimento de mão de obra, transportes, equipamentos e terrenos necessários às obras, obrigando-se mais, a transferir à CAGECE todos os créditos ou recursos financeiros destinados aos serviços públicos objeto deste CONTRATO, quer provenientes de entidades públicas ou particulares, quer decorrentes de verbas ou dotações consignadas em orçamento da União, do Estado ou do próprio Município.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

São direitos dos usuários:

- a) obter da CAGECE a ligação, com presteza, do seu domicílio ou estabelecimento às redes de água nas áreas atendidas;
- b) receber os serviços, dentro das condições e padrões estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuados;
- c) obter informações detalhadas sobre contas de sua titularidade referentes à prestação dos serviços de abastecimento de água, bem como de outros serviços realizados pela CAGECE;
- d) obter verificações do hidrômetro por parte da CAGECE, sendo devido o pagamento dos serviços à concessionária, em caso de resultado normal,



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, with a small number '7' at the bottom right corner.

ressalvado o direito do usuário de, a cada 3 (três) anos, obter verificação sem ônus, independentemente do resultado.

e) recorrer à respectiva entidade fiscalizadora, nos casos de não atendimento de suas reclamações pela CAGECE, ou quando entender que não esteja sendo prestado o serviço adequado;

f) obter informações por parte do MUNICÍPIO, bem como da CAGECE, sobre os planos de expansão e investimentos previstos, que possam afetar o seu atendimento futuro;

g) ser previamente informado pela CAGECE de quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços, decorrentes de manutenção programada, nos termos permitidos nas normas legais e regulamentares pertinentes, com indicação clara dos períodos e alterações previstas, bem como das medidas mitigadoras que serão oferecidas.

Subcláusula Primeira – É condição prévia a garantia do acesso aos serviços ora outorgados, a existência de logradouros públicos devidamente implantados.

Subcláusula Segunda – A CAGECE é obrigada a manter estrutura específica de atendimento aos usuários, em locais de fácil acesso, que funcionem, no mínimo, durante o mesmo horário do seu expediente normal, e com estrutura suficiente para prestar atendimento aos usuários com presteza e eficiência.

Subcláusula Terceira – A CAGECE manterá os registros das reclamações acessíveis e disponíveis para a entidade fiscalizadora competente, apresentando periodicamente, na forma definida por este, relatório dessas ocorrências.

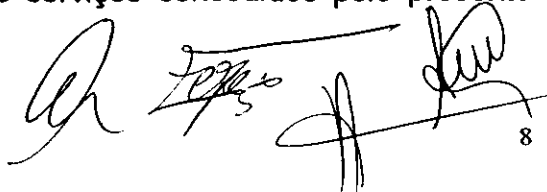
CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA OUTORGA E DO CONTRATO

A outorga dos serviços objeto deste CONTRATO tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do mesmo, renovável por igual período a critério das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS TARIFAS

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas faturáveis e aos demais serviços conforme Tabela de Preços de Serviços da CAGECE, de forma a possibilitar a devida remuneração dos capitais empregados pela mesma, seus custos e despesas, e a garantir e assegurar a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro deste Contrato.

Subcláusula Primeira – Adotar-se-á o procedimento atualmente utilizado para a fixação, reajuste e revisão das tarifas dos serviços concedidos pelo presente



8

instrumento, ou seja, as tarifas serão reajustadas ou revistas mediante processo devidamente justificado pela CAGECE e encaminhado para homologação do Senhor Governador do Estado do Ceará, até que, na forma da lei, venha tal função ser atribuída à entidade da administração pública;

Subcláusula Segunda – A revisão das tarifas ocorrerá sempre que fatos supervenientes, tais como acréscimos nos custos dos serviços, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Subcláusula Terceira – Adota-se a Estrutura Tarifária e a Tabela de Prestação de Serviços vigentes da CAGECE.

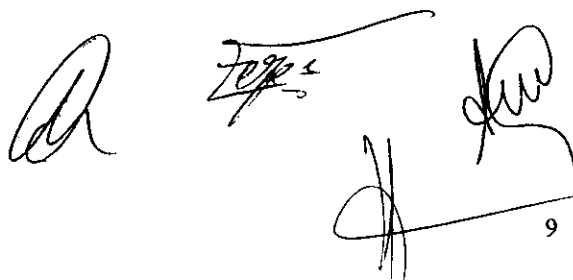
CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente Concessão se extinguirá:

- a) pelo advento do termo final deste Contrato;
- b) pela encampação dos serviços;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação;
- f) em caso de extinção da CAGECE.

Subcláusula Primeira – A extinção da Concessão em qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, operar-se-á com a entrega ao MUNICÍPIO de todos os bens reversíveis relativos aos serviços outorgados, devendo ser a CAGECE previamente e integralmente indenizada pelo valor dos investimentos realizados, considerada a depreciação sofrida pelos mesmos no decorrer da exploração dos serviços outorgados, corrigidos monetariamente por índices oficiais de correção monetária de balanços vigentes à época da rescisão, deduzindo-se por ocasião do acerto de contas, o valor correspondente à eventual parcela de contribuição do MUNICÍPIO.

Subcláusula Segunda – Extinta a Concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à CAGECE, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with horizontal lines underneath.

Subcláusula Terceira - Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados àqueles realizados pela CAGECE e efetivamente utilizados na prestação dos serviços.

Subcláusula Quarta – Caso a concessão venha a ser encampada antes do advento do termo final do Contrato, sem culpa da CAGECE, esta fará jus a receber a título de lucros cessantes, valor equivalente à média do lucro líquido da CONCESSIONÁRIA, calculado na forma da legislação societária, nos cinco anos anteriores à extinção, por cada ano que reste para o advento do referido termo final. Para efeitos da apuração da média prevista nesta Subcláusula, o lucro de cada exercício considerado deverá ser atualizado monetariamente, com base no IPCA divulgado pelo IBGE, ou qualquer outro índice que venha substituí-lo, para a data em que a indenização a título de lucros cessantes seja devida.

Subcláusula Quinta - Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o MUNICÍPIO assumirá, imediatamente, a prestação dos serviços, para garantir a sua continuidade e regularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OUTORGADOS

A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO será acompanhada e fiscalizada pelo MUNICÍPIO.

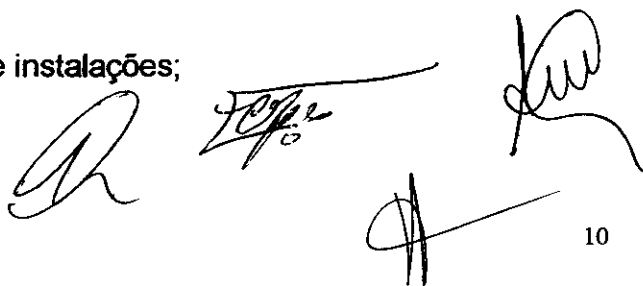
Subcláusula Primeira – A fiscalização abrangerá o acompanhamento das ações da CAGECE, nas áreas administrativa, contábil, comercial, técnica, econômica e financeira, podendo o órgão ou entidade fiscalizadora estabelecer diretrizes de procedimento ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências na prestação do serviço adequado.

Subcláusula Segunda - A Fiscalização elaborará relatórios, com a periodicidade de, no máximo a cada 01 (um) ano, a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo indicar todas as observações relativas aos serviços prestados pela CAGECE, incluindo qualquer inobservância de cláusulas deste CONTRATO ou de normas legais e regulamentares pertinentes.

Subcláusula Terceira - Os prepostos da entidade fiscalizadora, especialmente designados, terão livre acesso a pessoas, obras, instalações e equipamentos vinculados aos serviços, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar da Diretoria da CAGECE informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução deste CONTRATO.

Subcláusula Quarta - A Fiscalização técnica e comercial dos serviços outorgados abrange:

a) a execução dos projetos de obras e instalações;



- b) a exploração dos serviços;
- c) a observância das normas legais, regulamentares e contratuais;
- d) o desempenho na prestação dos serviços outorgados no tocante à qualidade e continuidade do fornecimento;
- e) a execução dos programas de incremento à eficiência no uso e na oferta de água;
- f) a estrutura de atendimento a usuários e de operação e manutenção do sistema.

Subcláusula Quinta - A Fiscalização contábil abrange, dentre outros:

- a) o exame de lançamentos e registros contábeis;
- b) o exame do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis da CAGECE; e
- c) o controle dos bens vinculados à prestação dos serviços outorgados por este CONTRATO, sob administração da CAGECE.

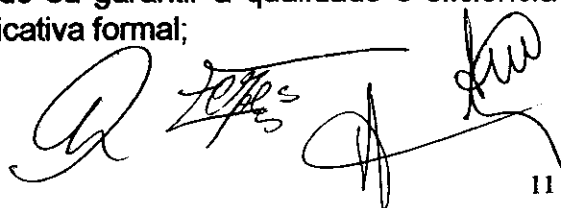
Subcláusula Sexta - A Fiscalização poderá exigir da CAGECE o cancelamento imediato de qualquer contrato por ela celebrado, quando verificar que dele possam resultar danos aos serviços concedidos, ou tratamento diferenciado a usuários que se encontrem na mesma situação ou classe de atendimento.

Subcláusula Sétima - A fiscalização não diminui nem exime as responsabilidades da CAGECE, quanto à adequação das suas obras e instalações, à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

No caso de o MUNICÍPIO delegar as atividades de fiscalização à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, a CAGECE estará sujeita às penalidades de advertência e multa, conforme previsto nas normas legais e regulamentares dos serviços e neste CONTRATO, sempre que:

- a) deixar de fornecer, nos prazos que lhe forem estabelecidos, as informações e dados requisitados pela ARCE, relativos à administração, contabilidade, qualidade dos serviços, recursos técnicos, econômicos e financeiros, sem prévia justificativa formal;
- b) deixar de adotar, nos prazos estabelecidos pela ARCE, as providências indicadas para restabelecer a regularidade ou garantir a qualidade e eficiência dos serviços outorgados sem prévia justificativa formal;



c) deixar de atender, nos prazos fixados pelas normas dos serviços, aos pedidos de ligação, de ampliação ou de melhoramento dos serviços, sem prévia justificativa formal; e,

d) descumprir norma legal ou regulamentar, ou qualquer cláusula deste CONTRATO.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA, após a advertência formal, estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ARCE, no valor máximo, por infração ocorrida, de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento relativo à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior, conforme os critérios estabelecidos pela ARCE.

Subcláusula Segunda - No primeiro ano de exploração dos serviços, em caso de aplicação de penalidade, nos termos da subcláusula anterior, será considerado o valor do faturamento relativo à exploração dos serviços outorgados, calculado pela média do faturamento dos meses anteriores ao da aplicação da penalidade multiplicado por 12 (doze).

Subcláusula Terceira - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, assegurando-se à CAGECE amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A CAGECE publicará o extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial do Estado do Ceará.

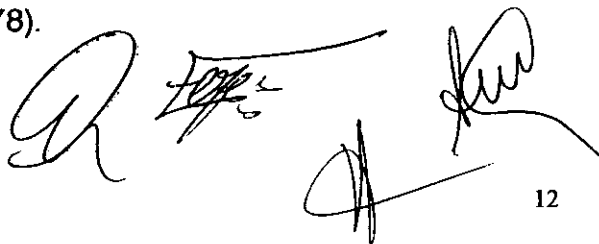
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de PACUJÁ, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciado as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Com relação à outorga objeto do presente CONTRATO aplica-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei Estadual nº 12.788, de 30 de dezembro de 1997.


Subcláusula Primeira – O MUNICÍPIO aceita as normas regulamentares emitidas pela CAGECE, que passam a integrar este CONTRATO independentemente de transcrição, inclusive o Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e de Esgoto Sanitário do Estado do Ceará (Decreto Estadual nº 12.844, de 31 de julho de 1978).





Subcláusula Segunda – Poderá ser firmado Convênio entre o **MUNICÍPIO** e a **CAGECE** objetivando a cooperação técnica e administrativa entre os mesmos mediante cessão de servidores por parte do **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** para continuidade do processo de operação e manutenção dos sistemas de água em referência.

Assim convencionadas, as partes assinam o presente instrumento, após lido e considerado o mesmo ser publicado em Diário Oficial do Estado para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Pacujá, 17 de julho de 2.003.


MUNICÍPIO DE PACUJA


Newton Rodrigues Costa
Diretor Presidente

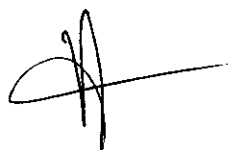

Airino Melo de Sá Rosa Cruz
Diretora Administrativa Financeira

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

TESTEMUNHAS:

1.

2.



EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE e o MUNICÍPIO DE CAUCAIA; OBJETO: Fornecimento de água tratada, objetivando abastecer a localidade de coité Pedreiras, através do Sistema de Capuan; FUNDAMENTO: Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e Esgoto Sanitário do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto Estadual nº12.844, de 31/07/1978, na Portaria nº097/96 da SEMACE, nas Resoluções nº24, 25 e 26 da ARCE; VALOR GLOBAL: Estimado em R\$18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) considerando-se a previsão do consumo de 1600m3/mês; PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo, renovável por igual período a critério das partes; DATA: 25/04/2003; ASSINAM: Newton Rodrigues Sousa, Diretor Presidente da CAGECE e Annia Melo de Saboya Cruz, Diretora Administrativo Financeira da CAGECE e Domingos José Brasileiro Pontes, Prefeito Municipal de Caucaia.

Yasser de Castro Holanda
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PACUJÁ e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE; OBJETO: Outorga, com exclusividade, à CAGECE, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para fins de exploração, ampliação e implantação dos mesmos; FUNDAMENTO: Lei Estadual nº9.499, de 20/07/1971, na Lei Municipal nº327/03, de 16 de junho de 2003 e no Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e Esgoto Sanitário do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto Estadual nº12.844, de 31/07/1978; PRAZO: 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do mesmo, renovável por igual período a critério das partes; DATA: 17/07/2003; ASSINAM: Francisco das Chagas Alves, Prefeito Municipal de Pacujá; Newton Rodrigues Sousa, Diretor Presidente da CAGECE e Annia Melo de Saboya Cruz, Diretora Administrativo Financeira da CAGECE.

Yasser de Castro Holanda
PROCURADOR JURÍDICO

*** **

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº160, 22 de agosto de 2003, que publicou o RESULTADO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS. Onde se lê: CONVITE Nº038/METROFOR/2003 Leia-se: CONVITE Nº005/METROFOR/2003 Fortaleza, 01 de setembro de 2003.

Lucio de Castro Bomfim Júnior
DIRETOR-PRESIDENTE

*** **

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

AVISO DE RETOMADA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº06/2003 (ORIGINÁRIA DA ARCE)

AVISO DE RETOMADA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº06/2.003 (Originária da ARCE) A Comissão Central de Concorrências torna público que em razão da suspensão da liminar que impedia o curso do procedimento licitatório, os Documentos de Habilitação e Proposta Técnica serão recebidos pela Comissão Central de Concorrências, nos dias 27 e 28 de outubro de 2003, de 14 às 18 horas, na Sala de reuniões da Comissão Central de Concorrências, com endereço na Av. Washington Soares, nº707, Água Fria, Fortaleza, Ceará. Fone: 452-4170. OBJETO: LICITAÇÃO PARA PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REGULAR COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. FORNECIMENTO DO EDITAL: Cópias do edital, adendo e notas de esclarecimento estarão disponíveis nos seguintes locais: COPHEL - Rua Costa Barros, nº1370, Aldeota, Fone 252-4912; CENTRO DAS CÓPIAS - Rua Pedro Borges, nº66, Centro, Fone: 254-6079. SERTECOP - Av. Bezerra de Menezes, nº1422, Antonio Bezerra, Fone: 214-0869. Valor do edital: R\$20,00

(vinte reais). O edital, adendo e notas de esclarecimento poderão, ainda, ser obtidos gratuitamente na internet pelos endereços www.arce.ce.gov.br e www.sead.ce.gov.br. Fortaleza, 05 de setembro de 2003

José Amâncio de Oliveira Carvalho
VICE - PRESIDENTE DA CCC

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 007/ARCE/2.003

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. OBJETO: Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, em âmbito regional. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Dispensa. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.24, VIII da Lei 8.666/93, o Processo Administrativo nº317/2003 FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) (estimado), pagos em parcelas mensais estimadas em R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento da ARCE. DATA DA ASSINATURA: 19/08/2003 SIGNATÁRIOS: MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA XIMENES (Presidente do Conselho Diretor da ARCE) e RAIMUNDO ROBERTO NOBRE PINHO (Gerente de Vendas/DR/CE da Contratada)

Liduína Maria de Sousa Martins
PROCURADORA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 008/ARCE/2.003

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE CONTRATADA: FROTA FORTES ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Serviços de consultoria em engenharia elétrica e comercialização de energia envolvendo recursos humanos e equipamentos de trabalho e transporte, para apoio à ARCE em suas ações específicas de execução do Plano de Atividades e Metas concernentes ao Convênio ANEEL-ARCE, celebrado em 19 de agosto de 1999. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Tomada de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº8.666/93 e suas alterações; Tomada de Preços nº012/2003-SEJUS/ARCE FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. VALOR GLOBAL: R\$1.139.136,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, cento e trinta e seis reais) pagos em parcelas mensais de acordo com os serviços efetivamente prestados. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos oriundos do Convênio ANEEL - ARCE (09200001.25.125.400.69001.01.33903500.83.2 e 09200001.25.125.400.69001.01.33909300.83.2). DATA DA ASSINATURA: 29/08/2003. SIGNATÁRIOS: MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA XIMENES (Presidente do Conselho Diretor da ARCE) e JULIANO FERNANDES FILGUEIRAS BASTOS (Sócio Gerente da Contratada).

Liduína Maria de Sousa Martins
PROCURADORA

*** **

SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONVÊNIO Nº006/2001 - SOMA/PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS PROCESSO Nº03103826-3

SUB-ROGANTE: Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA. SUB-ROGADA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD. ANUENTE: Prefeitura Municipal de Russas. FUNDAMENTO: O presente Termo de Sub-Rogação tem como Fundamentação Legal a Lei nº13.297 de 07 de março de 2003. OBJETO: Tem por objeto a Sub-Rogação Total do Convênio nº006/2001, com vigência a partir de sua assinatura, compreendendo todos os direitos e obrigações relativo ao mesmo, figurando a Prefeitura Municipal de Russas como ANUENTE, passando a Secretaria da Administração - SEAD, a condição de SUB-ROGADA, assumindo todos os compromissos antes atribuídos a SUB-ROGANTE. DATA DA ASSINATURA: 01 de agosto de 2003.